COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL | PREÇO AVULSO: 25$00 | ANO V | N.º 42 JULHO 1989

A quem servirão as visitas a Timor-Leste?

No passado dia 25 de Junho, quatro organizações portuguesas de solidariedade com o povo de Timor-Leste — Comissão Para os Direitos do Povo Maubere (CDPM), Movimento Cristão Para a Paz, Paz e Justiça para Timor-Leste e A Paz é Possível em Timor-Leste — **promoveram uma conferência de imprensa, para tornarem públicas, de uma forma colectiva, as suas preocupações quanto à situação que se vive, neste momento, naquele território e sobre o significado que, num tal quadro, poderá ter, quer a deslocação de uma delegação parlamentar portuguesa, quer a visita do Papa.**

ALGUNS FACTOS RECENTES

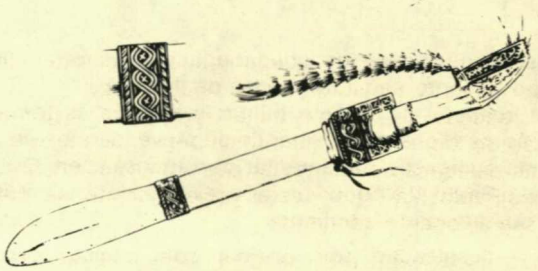
No documento que distribuiram aos jornalistas presentes, as quatro organizações começavam por inventariar alguns acontecimentos recentes ocorridos em Timor-Leste que, sendo embora alguns deles bem conhecidos, permitem compreender melhor o crescendo de violência instaurado pelo regime militar indonésio.

"1. Em Nota pastoral, datada de 5 de Dezembro de 1988, o Administrador Apostólico de Dili, Mons. Ximenes Belo, dá conta de que: **"Durante os meses de Outubro e de Novembro de 1988, as forças da ordem fizeram algumas prisões de pessoas em Dili, Baucau, Lospalos, Viqueque, para interrogatórios. (...) Desses interrogatórios, algumas foram detidas e outras, além de detidas foram esbofeteadas, espancadas e torturadas. (...) Este meio, que se tornou normal em Timor, é um meio reprovável pelo direito civilizado e pela Moral cristã. (...) Não concordamos com este sistema bárbaro e condenamos a propaganda mentirosa, segundo a qual, em Timor, não existe o abuso dos direitos humanos"**.

"Um despacho da **France Press** de 13 de Dezembro e distribuído a partir de Jacarta, calculava em 3.000 o número de pessoas presas naquela ocasião.

"2. Em carta dirigida a Perez de Cuellar em 6 de Fevereiro de 1989, Mons. Belo pede **"ao Senhor Secretário Geral para iniciar em Timor o processo de descolonização mais normal e democrático que é a realização de um REFERENDUM. (...) Até agora, o povo ainda não foi consultado. São os outros que falam em nome do povo. É a Indonésia que diz que o povo de Timor Timur já escolheu a integração, mas o próprio povo de Timor nunca disse isso. Portugal quer deixar ao tempo a resolução do problema. E nós vamos morrendo como povo e como nação."** Dias mais tarde, a 16 de Fevereiro, em carta dirigida ao Núncio Apostólico acreditado em Jacarta, diz Mons. Belo: **"Desde 1983, no ano em que fui nomeado Administrador Apostólico, todos os anos assistimos sempre aos mesmos abusos. Já e sempre falámos com as autoridades, mas o resultado é sempre o mesmo. É o povo que sofre. Por isso, é urgente a REALIZAÇÃO DE UM REFERENDUM, para perguntar ao Povo de Timor se aceita a integração"**.

"3. Em entrevista concedida em 7 de Abril ao correspondente da **UPI** em Jacarta, o arcebispo Darma Atmadja, porta-voz da Conferência Episcopal Indonésia, anuncia publicamente a visita do Papa João Paulo II **"a Timor-Leste e a outras províncias"**, estando a mesma a ser **"organizada, não pela Conferência Episcopal, mas pelo Governo"**. No dia 13 do mesmo mês, o jornal das FFAA, **Angkatan Bersenjata**, considerava que **"a visita é positiva para a Indonésia porque promoverá o reconhecimento internacional da integração de Timor-Leste"**.



"4. A imprensa indonésia noticia em 10 de Maio que o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas da Indonésia (ABRI), gen. Try Sutrisno, numa reunião pública tida em Dili, lembrou à população timorense que deve estar vigilante contra as tentações de elementos internos que não compreendem o sentido e a forma da unidade nacional, baseada no Pancasila e na Constituição de 1945. Segundo ele, as ABRI têm **"o pesado mas nobre dever"** de defenderem a unidade nacional. **"As ABRI nunca hesitarão no cumprimento destas tarefas. Todos os elementos das ABRI juntamente com a população estão preparados para enfrentar todos os obstáculos, perturbações da ordem, e mesmo ameaças, tanto de dentro como de fora do país"** (**Suara Pembaruan**, 10/5/89).

NESTE NÚMERO:

- **A quem servirão as visitas a Timor-Leste?**
- **Timor-Leste e o Parlamento Europeu**
- **Conferência Episcopal Holandesa solidariza-se com Mons. Belo**

"5. De acordo com o noticiário da **Rádio Nederlands** em língua indonésia de 12 de Maio, o Maj. Prabowo, genro do Presidente Suharto e comandante do Batalhão 328, em discursos às populações dos distritos de Baucau, Viqueque e Lospalos tem afirmado que entre aqueles que eram hoje hostis à integração estava a Igreja, isto é, o Bispo, padres, irmãs e religiosos. Ainda segundo a **Rádio Nederlands**, teriam aparecido recentemente em Dili panfletos, convidando Prabowo a ir para junto da mulher e do sogro em vez de se arriscar a morrer inutilmente em Timor-Leste. Desde essa altura, o QG de Prabowo foi cercado de arame farpado e 150 soldados foram destacados para garantir a sua segurança.

"6. No dia 18 de Junho, a mesma Rádio noticia que antigos elementos da Apodeti, com apoio de Jacarta, promoveram no dia 30 de Maio uma manifestação contra o Administrador Apostólico de Dili, defronte do Paço Episcopal. Mons. Belo enfrentou os manifestantes, a que se tinham juntado muitos populares atraídos pela curiosidade, tendo-lhes explicado dos motivos que o tinham levado a escrever a carta ao Secretário Geral da ONU, acabando por ser amplamente vitoriado pela multidão presente."

FRUSTRAÇÃO E CONFIANÇA

"Nos princípios deste mês começaram a chegar ao exterior as primeiras informações concretas sobre o clima que se instalou em Timor-Leste durante o mês de Maio, como resultado da "operação de limpeza" levada a cabo pelas autoridades militares em todo o território: dezenas de prisões, espancamentos, torturas, desaparecimentos. A procura de refúgio na Nunciatura Apostólica e na Embaixada do Japão em Jacarta por parte dos seis estudantes timorenses, na sequência da prisão em Bali, no dia 8 de Junho, de **Elias Pereira Moniz** e da prisão em Jacarta, de **Lucas da Costa** no dia 15, são os sinais mais visíveis da atmosfera de intimidação e terror que se vive hoje, quer em Timor-Leste quer no seio da comunidade timorense na Indonésia. (...)"

As organizações de solidariedade forneceram alguns dados sobre a realidade que se vive no território.

"Das cerca de 3.000 pessoas presas em Outubro/Novembro de 1988 há a certeza de que continua preso **Ananias do Carmo** [acusado de ser um dos fundadores e ideólogos da organização "Fundação St. António"], professor, preso em 30/10 e levado para o Kopskam [serviços de segurança], em Dili, onde foi barbaramente torturado.

"Segundo informações recentes, Vítor da Silva, polícia, preso em Novembro último, em Dili, desapareceu.

"Já em 1989, há notícias de vagas de prisões em Baucau, a partir de 5 de Maio. Pelo menos 40 pessoas teriam sido presas e torturadas numa nova prisão situada perto do aeroporto. Uma fonte (ainda não confirmada) refere 12 execuções.

"Ainda no mês de Maio recomeçam as prisões em Dili. Fala-se em mais de 150 pessoas presas e algumas desaparecidas. (...)".

As organizações de solidariedade procuraram ler este comportamento das autoridades de Jacarta.

"A reacção do regime militar indonésio às tomadas de posição de Mons. Belo, quando se prevê, para breve, a visita de uma delegação parlamentar portuguesa e, em Outubro, a de João Paulo II a Timor-Leste, é reveladora da sua frustração e da sua arrogante confiança:

> — frustração, por verificar que, passados que são quase catorze anos, a exigência de que seja reconhecido o direito ao Povo Maubere a decidir do seu destino continua viva, mesmo em sectores da sociedade timorense que pareciam mais permeáveis aos valores integracionistas;
> — confiança, por sentir que as visitas anunciadas para breve não constituem ameaça, mas antes se integram na marcha para a resolução do conflito a seu favor. É sintomático que um despacho da agência noticiosa oficial indonésia **Antara**, datado de 10 de Maio, afirme que **"a Indonésia vê a visita da delegação portuguesa como um antídoto para todos os boatos, deliberadamente espalhados por grupos timorenses anti-indonésios, de que a fome e a guerra causaram centenas de milhares de mortos entre a população de Timor-Leste".**

INTERROGAÇÕES

"Neste quadro, interrogamo-nos sobre os limites e implicações da deslocação de uma delegação parlamentar a Timor-Leste:

> — após as "operações de limpeza" do território, que garantias são credíveis quanto às exigências de liberdade de circulação e contactos com os timorenses? Quem se arriscará, nestas circunstâncias, a aproximar-se da delegação?
> — estão os órgãos de soberania seguros de poder realizar o encontro com a Resistência?
> — depois da partida dos parlamentares portugueses, que garantias tem a Potência Administrante de que os timorenses não sofrerão represálias?

"O Núncio Apostólico em Jacarta, Mons. Canalini, afirmou que o Vaticano não integra a Diocese de Dili na Conferência Episcopal Indonésia porque isso seria reconhecer o carácter indonésio da Diocese (**Suara Pembaruan**, Set. 87):

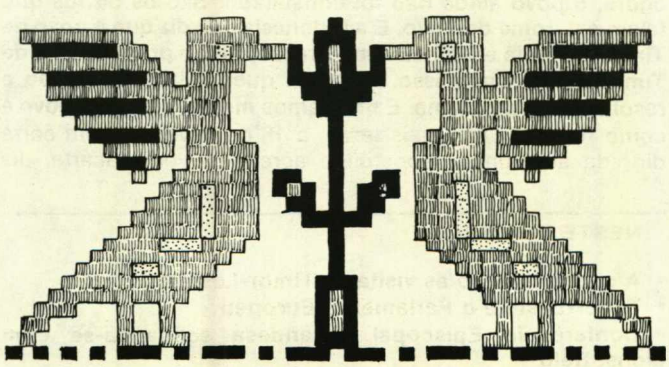
> — porquê, então, ter preparado a visita a Timor-Leste com o Governo indonésio sem mesmo consultar a Potência Administrante internacionalmente reconhecida?
> — porquê incluir esta visita a Timor-Leste integrando-a na visita à Indonésia, se Timor-Leste não faz parte dela?

"Os limites da visita — uma missa em latim a 3 km do aeroporto — não permitirão, nem ao Papa nem aos jornalistas, um contacto directo com a realidade. A única possibilidade de denunciar essa situação parece estar nas palavras que João Paulo II pronunciará."

SITUAÇÃO DOS ESTUDANTES TIMORENSES LEVANTADA NA AR

Entretanto, no dia 22 de Junho, o deputado do PS Raúl de Brito levantou a questão dos estudantes timorenses que tinham procurado refúgio na Embaixada do Japão e na Nunciatura Apostólica em Jacarta, **"manifestando-se extremamente preocupado"** com a sua situação e lamentando-se da **"falta de qualquer informação oficial por parte do Governo português"**.

A este deputado associaram-se Carlos Encarnação (PSD) — preocupado **"pela gravidade do que se está a passar em Jacarta"** — Rui Silva (PRD) — lembrando **"que a situação destes jovens 'não é única' e se reflecte em muitos outros jovens timorenses"** — Jorge Lemos (PCP) — protestando **"contra 'a violação dos direitos humanos' que ocorre em Timor"** — e Narana Coissoró (CDS) — corroborando com **"tudo quanto antes dele foi afirmado no hemiciclo, assim como o sentimento generalizado de que a situação deve ser 'analisada' na AR e de que o Governo deve fornecer todas as informações de que disponha"** (**Diário de Notícias**, 23/6/89).



ORGANIZAÇÃO INDONÉSIA DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS TOMA, PELA PRIMEIRA VEZ, POSIÇÃO PÚBLICA

Nos primeiros dias deste mês de Julho, a **Indonesian Human Rights Campaign — TAPOL**, com sede em Londres, divulgava uma lista de timorenses que teriam sido mortos recentemente pelo exército de ocupação. A lista foi obtida a partir de informações recebidas de uma organização indonésia, o Instituto para a Defesa dos Direitos Humanos, sediado em Jacarta. Desta lista, que representa apenas uma gota de sangue no oceano das atrocidades cometidas pelas autoridades coloniais, constam os seguintes nomes:

— **Aleixo Ximenes**, 30 anos, assassinado no dia 23 de Março, em Venilale, por soldados do Batalhão 328;
— **Joaquim Ximenes**, 38 anos, assassinado nos princípios de Abril por soldados do Batalhão 328;
— **Julião Freitas**, 54 anos, assassinado no dia 14 de Maio, em Wailala, por soldados do Batalhão 315;
— **Felix Ximenes**, 55 anos, natural da aldeia de Uma-Amano-Uli, assassinado no dia 11 de Junho, em Venilale, por soldados do Batalhão 315;
— **Gaspar de Sousa**, 50 anos, assassinado no dia 11 de Junho num armazém de arroz, em Venilale, por soldados do Batalhão 315.

A lista faz ainda referência aos casos de um homem e de uma mulher, cujos nomes não foi ainda possível obter, assassinados entre os dias 15 e 20 de Junho, perto do Colégio de Fatumaca, por soldados do Batalhão 328.

É a primeira vez que uma organização de defesa dos direitos humanos indonésia ousa desafiar o poder dos militares, questionando publicamente a situação em Timor-Leste. Em carta ao chefe das FFAA do seu país, Gen. Try Sutrisno, datada de 15 de Junho, aquele Instituto afirmava que tinha sido informado de que **"no princípio, no meio e no fim de Maio, centenas de pessoas foram presas, tendo havido mesmo execuções sem julgamento. Foram detidas sob a suspeita de apoiarem a carta do Bispo Belo às Nações Unidas"**. O Instituto afirmava ainda nesta sua carta que, a serem verdadeiras estas informações, Sutrisno deveria investigar as actividades dos oficiais responsáveis por aquelas acções. No dia 23 de Junho, esta organização voltou a escrever àquele general, submetendo-lhe uma lista de pessoas que tinham sido presas em Timor-Leste.

Até ao momento não houve qualquer resposta a estas cartas. □

Comunidades Europeias

PARLAMENTO EUROPEU

Decorreram em 15 e 18 de Junho eleições para o Parlamento Europeu (PE): realizadas pela primeira vez em simultâneo nos doze países da Comunidade, destinaram-se a escolher os novos inquilinos de Estrasburgo para a legislatura de 1989-94. Atendendo à importância das funções de que está investido o Parlamento Europeu e ao debate político que as eleições sempre propiciam, pretendeu a CDPM aproveitar esse momento para, mais uma vez, levantar a questão de Timor-Leste.

Como referimos em Informação Timor-Leste **n.º 41, o Parlamento Europeu condenou de novo a Indonésia. Entretanto, Portugal continua a desaproveitar possíveis auxílios comunitários aos refugiados.**

UMA CAMPANHA FROUXA

Era intenção da CDPM transformar Timor-Leste em tema de debate nacional no decurso da campanha, "forçando" as forças políticas concorrentes a pronunciarem-se nesse sentido. Para o efeito, começámos por enviar uma carta a cada um dos cabeças-de-lista, expondo a nossa posição sobre o significado e a importância destas eleições e as linhas mestras do futuro trabalho que em Estrasburgo deveria, em nossa opinião, ser desenvolvido. De seguida, procurámos agendar contactos com os referidos cabeças-de-lista, visando discutir a utilização da campanha para suscitar a questão (inscrição do assunto nos programas eleitorais nacionais e europeu — respectivo grupo político —, debates em seminários e reuniões durante a campanha, etc.); interessava-nos também analisar algumas perspectivas de trabalho pós-eleitorais (definição dum plano de acções conjuntas no P.E. sobre Timor-Leste, organização de visitas de refugiados mauberes a Estrasburgo, por exemplo). Posteriormente tentámos recolher um depoimento de cada cabeça-de-lista sobre Timor-Leste, visando a sua futura publicação.

No final do processo constatamos com algum desencanto que os resultados ficaram bastante aquém das intenções. Com efeito, discussões com os candidatos, apenas foi possível realizá-las com a CDU (Barros de Moura e Carlos Carvalhas), PSR (Francisco Louçã) e UDP (Luís Fazenda — o único candidato que nos fez chegar um texto para publicação); com o CDS (Lucas Pires) esteve marcada mas não se realizou e com o PS (João Cravinho) e o PSD (António Capucho) foi mesmo impossível agendá-las, por aparente sobrecarga dos respectivos programas de trabalho.

De facto, a presença de Timor-Leste no decurso da campanha passou despercebida, à parte da sua inclusão no programa eleitoral da CDU (que a debateu num seminário europeu sobre "Paz e Cooperação") e algumas declarações verbais sobre o tema em intervenções de candidatos do PSD, CDS, UDP e PPM. Original foi a forma encontrada pelo PSR para abordar o assunto, tendo realizado uma "ocupação" simbólica das instalações da ONU em Lisboa como forma de protesto contra a entrega do prémio "População" ao ditador Suharto; na altura foi também divulgado um manifesto sobre controle de natalidade na Indonésia e Timor-Leste.

Incluído numa "Semana de solidariedade com Timor-Leste" organizada pelo Movimento Cristão para a Paz, realizou-se em 1 de Junho um debate com candidatos ao P.E., pertencentes ao círculo de Santarém.

PARLAMENTO EUROPEU APOIA TIMOR-LESTE

Em 25 de Maio foi aprovada no P.E. por grande maioria uma proposta de resolução sobre a situação em Timor-Leste apresentada em nome do grupo socialista, pela eurodeputada

holandesa Van den Heuvel. Tratou-se de uma proposta de resolução **"com pedido de inscrição no debate sobre questões actuais, urgentes e muito importantes"**, que teve como motivação imediata o conteúdo da carta de Ximenes Belo a Perez de Cuellar, na altura divulgada em Nova Iorque. Esta é a terceira vez que o P.E. condena a Indonésia. Pela sua importância, transcrevemos na íntegra o teor da resolução:

"O Parlamento Europeu,

— tendo em conta as resoluções de 10 de Julho de 1986 e de 15 de Setembro de 1988 sobre a situação em Timor-Leste,
— Consciente do apelo dramático do Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, Administrador Apostólico de Timor-Leste, ao Secretário Geral da Nações Unidas, Sr. Perez de Cuellar, no qual afirma: 'estamos a morrer não só como povo, mas também como nação',
— considerando que o governo da Indonésia afirmou que não está preparado para consultar o povo de Timor-Lest sobre o seu próprio futuro,

1. Reafirma o seu ponto de vista de que é um direito fundamental de todos os povos escolher o seu próprio futuro,
2. Solicita novamente aos Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Estados-Membros que tomem medidas diplomáticas a fim de conseguir o direito à auto-determinação para o povo de Timor-Leste,
3. Insta a Comissão a prestar todo o auxílio possível aos campos de refugiados em Timor-Leste, bem como em Portugal, e a informar o Parlamento sobre as suas acções.
4. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, ao Secretário Geral das Nações Unidas, ao Governo da Indonésia e à Assembleia dos Países Não Alinhados".

No decurso do debate, em que intervieram os eurodeputados portugueses Fernando Gomes (em nome da subscritora), Lucas Pires, Fernando Condesso e Barros de Moura, foi denunciada a actual situação que se abate sobre o povo Timor, bem como a projectada visita de João Paulo II ao território.

Esta iniciativa representa, segundo Van den Heuvel, uma nova pressão sobre a Comissão e o Conselho de Ministros, já que, desde a aprovação do último relatório sobre o tema, em Setembro último, não se verificou qualquer evolução sensível. Entretanto, referindo-se a um a dos pontos da resolução **"apoio aos campos de refugiados"**, o Comissário responsável pelo pelouro, o espanhol Manuel Morim, rejeitou esta crítica, referindo que a Comissão nunca tinha recebido qualquer pedido concreto sobre a concessão de auxílio aos refugiados; acrescentou Morim que **"a Comissão está francamente disponível para apreciar eventuais pedidos humanitários"**, mas que só poderia actuar depois de receber um pedido formal, o que ainda não aconteceu.

Sabendo-se as condições verdadeiramente infra-humanas em que vive a maioria da comunidade timor em Portugal (famílias a subsistirem com 10 ou 15 mil escudos, por mês) pergunta-se o que estão as autoridades portuguesas responsáveis à espera... □

Conferência Episcopal Holandesa solidariza-se com Mons. Belo

Enquanto o regime de Jacarta, desesperado com as atitutes do Administrador Apostólico de Dili em favor de um referendum para Timor-Leste, lança uma campanha de tentativa de isolamento e de suspeição sobre Mons. Belo, perante o olhar complacente e conivente do representante do Vaticano na capital indonésia, a Conferência Episcopal Holandesa tornou pública a sua posição a favor dos "humilhados e ofendidos".

De uma forma mais titubeante e ambígua, também a Conferência Episcopal Portuguesa se viu obrigada a assumir publicamente uma posição sobre o problema.

Em carta datada de 5 de Junho, o Presidente da Conferência Episcopal Holandesa, Cardeal Adrianus Simonis, dirige-se a Mons. Belo afirmando que tinha sido **"com profundo respeito pela vossa coragem"** que tomara conhecimento da carta ao Secretário-Geral da ONU, Perez de Cuellar. **"Sabendo muito bem quão difícil é neste momento a vossa situação, estou profundamente convencido de que o vosso franco e corajoso apelo a favor de um referendum, como o meio mais democrático de averiguação do supremo desejo do povo Timorense, só pode ser o fruto de ampla meditação e dolorosa experiência (...) da triste situação e inexorável sofrimento do vosso bem amado povo".**

A concluir, diz o Cardeal Adrianus Simonis: **"Como um sinal de fraternidade e um testemunho de amor e esperança evangélica, quero oferecer-lhe, a si e ao seu povo, a simpatia activa e o forte apoio da comunidade Católica Holandesa para com a vossa corajosa luta. Esteja certo da nossa continuada atenção nas nossas orações diárias pelo vosso empenho perseverante e inflexível por uma sociedade Timor mais justa, pacífica e democrática".**

Entretanto, a Conferência Episcopal Portuguesa — de quem Mons. Belo, em recente entrevista via telefone ao semanário **Expresso**, lamentara amargamente o silêncio e indiferença para com a Igreja de Timor-Leste — tornou pública, em 9 de Junho, uma nota pastoral sobre a visita de João Paulo II a Dili. Nela se afirma:

"A Conferência Episcopal Portuguesa já em 1984 manifestou publicamente a sua inteira solidariedade com o martirizado povo daquele território e exprimiu à Igreja de Dili a sua mais profunda comunhão eclesial, concretizada, aliás, em diversos gestos das nossas dioceses e seus bispos. As adversidades que, entretanto, os timorenses continuam a sofrer, dentro e fora da Pátria, levam-nos a reafirmar-lhes, de novo, a nossa viva solicitude fraterna, na esperança de que, em breve, consigam vencê-las.

Apraz-nos repetir, a este propósito, o que, entre outras coisas dissemos na nota pastoral de 1984:

> **"Timor aspira à plena expressão da sua individualidade própria; impedir-lha traduz-se, não apenas num genocídio, mas num genocídio, digamos, "cultural", este mais grave do que o primeiro, porque afecta tanto os que morrem como os que sobrevivem, e não só as gerações presentes como as futuras."**

E a finalizar: **"A visita do Papa, se vier a confirmar-se, não deixará de contribuir eficazmente para o desenvolvimento da vida cristã e para o estabelecimento da justiça, da liberdade e da paz em Timor-Leste. Disso será garantia a presença e a mensagem do Santo Padre".** □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77-2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 25$00 Assinatura anual: 400$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112094 Depósito Legal n.º 25.317